



Não será somente a carta em defesa da democracia que será lida, amanhã, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Outros documentos com o mesmo teor serão divulgados em todo o país

Manifestos se multiplicam

» HENRIQUE LESSA

Divulgação/USP



Faculdade de Direito da USP abrigará leitura de dois documentos em defesa do estado democrático de direito

O Dia do Advogado, celebrado amanhã em todo o país, será uma jornada em defesa da democracia e de repúdio a qualquer manobra de rompimento da normalidade institucional. É quando será lida a *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito*, encabeçada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que conta com o apoio de entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Mas, além do apoio ao documento, outras cartas de igual teor serão divulgadas por entidades representativas da sociedade em todo o país.

Na Faculdade do Largo São Francisco, o lançamento do documento está previsto para as 11h e contará com personalidades do mundo jurídico, acadêmico e intelectual. O evento terá telões instalados na rua em frente à instituição e deve ser retransmitido pela internet.

Mas, antes, da leitura da carta em defesa da democracia, na Faculdade de Direito da USP, será lançado o manifesto pela democracia encabeçado pela Fiesp, que conta com a adesão de entidades como a Febraban, Fiesp, Fecomercio-SP, OAB-SP, Unicamp, USP, WWV, UNE e CUT.

O dia também foi escolhido pelas centrais sindicais, organizações não governamentais e movimentos populares para a realização de protestos contra tentativas de enfraquecer a democracia no país.

Ministros do STF

Em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o evento contará com a presença dos ex-ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Neri da Silveira, de 90 anos, e Nelson Jobim, ambos ex-alunos da instituição. Para a

diretora da faculdade, professora Cláudia Lima Marques, a mobilização estará em conexão com o restante do país.

“O espírito é mostrar nosso comprometimento com os valores democráticos do estado de direito. Estamos atentos a tudo que está passando, e a preservação da democracia é um valor superior da nossa Constituição”, disse.

Na UnB, a professora da Faculdade de Direito e integrante da comissão de organização do ato, Beatriz Vargas Ramos, adiantou que serão lidos quatro documentos, um deles a carta da USP. A manifestação contará com a participação da reitora, Márcia

Abraão Moura. “Estamos defendendo a democracia, que é o princípio maior da constituinte de 1988”, salientou, acrescentando a importância do posicionamento institucional da UnB: “Nesse momento, o que não se pode perdoar é a omissão”, frisou.

A *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito* reproduz o mesmo espírito daquela elaborada, em 1977, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e lida pelo jurista Goffredo da Silva Telles Jr. em protesto contra a ditadura militar. Até ontem, o documento tinha recebido mais de 819 mil assinaturas.

» Leitura também será feita nos EUA

Um grupo de brasileiros fará a leitura da carta em defesa da democracia, amanhã, em Nova York. O evento — marcado para as 19h (20h em Brasília) — deve ocorrer no espaço chamado People’s Forum, na Rua 37. O grupo se identifica como Comitê Popular de Defesa da Democracia no Brasil e foi um dos responsáveis pelos protestos contra Jair Bolsonaro (PL) durante a visita de presidente aos Estados Unidos, em setembro de 2021, quando participou da Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU).

Protestos de norte a sul

ALGUMAS FACULDADES COM ATOS CONFIRMADOS

- Faculdade de Direito da USP, São Paulo (SP)
- Faculdade de Direito da PUC, São Paulo (SP)
- Unicamp, Campinas (SP)
- Faculdade de Medicina de São José Preto (SP)
- Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre (RS)
- Faculdade de Direito UFMG, Belo Horizonte (MG)
- Faculdade de Direito da UnB, Brasília (DF)
- Faculdade de Direito da UFBA, Salvador (BA)
- Faculdade de Direito da UFPA, Belém (PA)
- Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba (PR)

MOVIMENTOS SOCIAIS

Em São Paulo, entidades sindicais e organizações populares esperam uma grande adesão ao evento. Previsto para acontecer na Avenida Paulista, no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), deve acontecer ao longo do dia, com maior concentração prevista para as 17h. De acordo com informações da Central Única dos Trabalhadores (CUT), manifestações estão confirmadas em 22 unidades da Federação até o momento. São elas:

- Distrito Federal, Brasília — Às 15h, ato no Congresso
- Goiás, Goiânia — Praça Universitária, às 17h
- Alagoas, Maceió — Praça do Centenário, 8h
- Amazonas, Manaus — Praça da Saudade, às 15h
- Bahia, Salvador — Praça do Campo Grande, às 9h
- Ceará, Fortaleza — Praça da Bandeira, às 9h
- Espírito Santo, Vitória — Praça Costa Pereira, 10h
- Maranhão, São Luís — Praça Deodoro, às 16h
- Minas Gerais, Belo Horizonte — Praça Afonso Arinos, às 17h
- Mato Grosso, Cuiabá — Liceu Cuiabano, às 19h
- Mato Grosso do Sul, Campo Grande — Câmara Municipal, às 10h
- Pará, Belém — Mercado São Braz, às 17h
- Paraíba, João Pessoa — Liceu Paraíba, às 14h
- Paraná, Curitiba — Praça Santos Andrade, às 15h30
- Pernambuco, Recife — Rua da Aurora, às 15h
- Piauí, Teresina — Praça Rio Branco, às 8h30
- Rio de Janeiro, Capital — Igreja da Candelária, às 16h
- Rio Grande do Norte, Natal — Midway Mall, às 14h30
- Rio Grande do Sul, Porto Alegre — Palácio Piratini, às 12h
- Rondônia, Porto Velho — UNIR, Centro, às 17h
- Santa Catarina, Florianópolis — Auditório da UFSC, às 10h
- Santa Catarina, Chapecó — Saguão da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), às 10h
- São Paulo, Capital — Entre 9h e 17h em frente ao Masp, na Avenida Paulista
- São Paulo, Campinas — Largo do Rosário, às 10h
- São Paulo, Ribeirão Preto — Faculdade de Direito, às 10h; e Esplanada do Teatro Pedro II, às 17h
- São Paulo, Santos — Praça dos Andradas, às 10h
- Sergipe, Aracaju — Praça Getúlio Vargas, Bairro São José, às 15h

Pronunciamento barrado: peça eleitoral

O ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), barrou um pronunciamento do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, programado para ser veiculado na televisão aberta e na rádio para divulgar o lançamento da campanha de imunização contra a poliomielite e de multivacinação — que começou na segunda-feira. O pronunciamento seria veiculado ontem, hoje ou amanhã.

A negativa de Fachin ao pedido da Secretaria de Comunicação (Secom) foi para que ele reconsiderasse a decisão que já havia vetado a veiculação da propaganda. O ministro considerou que a peça

publicitária viola a Lei das Eleições.

A legislação eleitoral proíbe a publicidade institucional no período de campanha. A exceção é para casos de “grave e urgente necessidade pública”.

O governo chegou a apresentar uma proposta alternativa, com ajustes no discurso que seria lido por Queiroga, mas Fachin manteve a posição.

Na decisão, o presidente do TSE afirma que a “tônica” do texto não é a campanha de vacinação e que a legislação “desautoriza a personificação de programas da administração pública federal” no período que antecede as eleições.

“O restante da manifestação narra a atuação do Ministério da Saúde, no passado remoto e próximo, além de renovar a pretensão de manifestar-se sobre o Dia Nacional da Saúde, proposta que não se coaduna, sob qualquer forma de interpretação, com os predicados excepcionais exigidos”, salientou na decisão.

Em um dos trechos do pronunciamento, Queiroga diria que o governo federal demonstrou “capacidade de adquirir e vacinar, em tempo recorde, a nossa população” durante a pandemia de covid-19. “Com isso, alcançamos altas taxas de cobertura vacinal que nos permitiram

o controle da emergência de saúde pública de importância nacional”, salientava a peça publicitária.

A decisão do ministro foi tomada na última segunda-feira, dia em que Fachin também expulsou o coronel Ricardo Sant’Anna, indicado pelo Ministério da Defesa, da comissão que acompanha a lisura do processo eleitoral — o militar vinha repassando mentiras contra as urnas eletrônicas nas redes sociais. No mesmo dia, o ministro também negou à pasta acesso a dados das eleições de 2014 e 2018 — por não terem autoridade para fiscalizar pleitos anteriores e porque o prazo para tal pedido expirou há anos.

Walterson Rosa/MS



Texto a ser lido por Queiroga introduziria a vacinação contra a covid

ALEXANDRE GARCIA

É IMPOSSÍVEL DERRUBAR O BRASILEIRO. NO PIOR ANO DA TENTATIVA DE QUEBRAR O PAÍS, 2020, PELO FIQUE EM CASA E A SUSPENSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, O FMI PREVIO QUE O PIB BRASILEIRO DESPENCARIA 9%. CAIU METADE DISSO

200 anos de independência

Está no Supremo Tribunal Federal (STF) um caso que é da Prefeitura do Rio de Janeiro: o local das comemorações da data nacional, neste ano festejando os 200 anos da Independência. Será na Avenida Presidente Vargas, no Centro, como tem sido, ou, desta vez, por sugestão do presidente Jair Bolsonaro (PL), na Avenida Atlântica, em Copacabana, como tem sido o Réveillon?

Mais uma vez, o partido Rede, que tem um senador e dois deputados, usa o STF como instrumento. Isso contraria o desejo expresso do presidente da Corte, Luiz Fux: “Essa prática tem exposto o Supremo a um protagonismo deletério, quando decide questões que deveriam ter sido decididas no Parlamento. Tanto quanto possível,

os poderes Legislativo e Executivo devem resolver, interna corporis, seus próprios conflitos. Conclamo os atores do sistema de justiça aqui presentes para darmos um basta na judicialização vulgar e epidêmica de temas e conflitos em que a decisão política deva reinar”. A conclamação vai completar dois anos no mês que vem.

Para dar ainda mais significado à comemoração, vai ser trazido de Portugal o coração do Príncipe Pedro, que proclamou a Independência. Ficará no Brasil por pouco tempo. Lembro-me de quando o corpo de Pedro I foi transferido ao Brasil, nas comemorações do Sesquicentário da Independência — que cobri, pelo *Jornal do Brasil*. Passou por todas as capitais antes de ser depositado no Monumento

do Ipiranga, no local onde ele gritou “Independência ou Morte!”.

Era o ano de 1972 e estávamos desfrutando do milagre econômico — o Brasil crescia mais que a China. Em 1970, tri-campeonato no México, PIB 10,4%; 1971, 11,34%; 1972, 11,94%; 1973, 13,97%! Eu era repórter econômico do *JB* e dou meu testemunho: não foi o presidente Emílio Médici nem o ministro Delfim Netto que causaram esse milagre, mas o otimismo e o entusiasmo do brasileiro.

É impossível derrubar o brasileiro. No pior ano da tentativa de quebrar o país, 2020, pelo fique em casa e a suspensão de direitos e garantias fundamentais, o FMI previu que o PIB brasileiro despencaria 9%. Caiu metade disso. Porque o brasileiro se levantou, sacudiu a poeira e deu a volta por cima. Agora, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a pobreza extrema, que atingia 5,1% das

famílias brasileiras, vai cair para 4% até o fim do ano — menos 22%. Enquanto isso, no mundo, a pobreza extrema sobe 15%.

A propagação do pânico que paralisa exigiu uma maior presença social do governo, e o Bolsa Família de R\$ 30 bilhões/ano virou Auxílio Brasil e subiu para R\$ 115 bilhões. Sem a corrupção institucionalizada, sobram recursos para isso, mesmo com redução de impostos.

Depois do caos econômico do governo Dilma Rousseff, já foram recriados 4,5 milhões de empregos com carteira assinada e, mais do que isso, assim que a pandemia aliviou, criaram-se 3,4 milhões de empresas, por gente empreendedora que experimentou a perda de emprego e se tornou dona do próprio negócio.

É o brasileiro, de novo, otimista, entusiasta, empreendedor. No Nordeste, o milagre não é apenas das águas, é do nordestino. O empreendedorismo se repete:

prefere, por exemplo, uma renda própria de R\$ 5 mil a ter R\$ 2 mil com carteira assinada. Indústrias de laticínios vendendo tudo; e confecções, produzindo em dois turnos e terceirizando; o consumo subiu e se buscam empregados.

Ontem começou o pagamento do auxílio de R\$ 600 — dá mais um ânimo para quem precisa. O acolhimento popular do presidente no Nordeste tem sido sinal da situação. Julho registrou a menor inflação desde 1980 — aliás, deflação de 0,68% no IPCA.

O ministro da Economia Paulo Guedes e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, vão desfrutando dos resultados: inflação em queda por aqui, enquanto sobe nos Estados Unidos e Europa; PIB em alta por aqui, enquanto cai nas grandes economias. Mais razões para festejar o bicentenário do Brasil independente.